

Apatia ou aprendizagem? A integração política de imigrantes italianos no Brasil meridional e a passagem da tradição à modernidade

Ricardo Kemmerich¹

Resumo: A historiografia acerca da imigração no Rio Grande do Sul tem desmistificado a ideia de que a sociedade de origem imigrante fosse politicamente apática, sem engajamento político ou como massa eleitoral subserviente às classes políticas dirigentes no Estado. A justificativa de tal compreensão seria, em grande medida, decorrente da origem majoritariamente camponesa da região do Vêneto italiano, cuja cultura é descrita como marcadamente pacífica, ordeira e com uma religiosidade católica muito forte. As problemáticas referentes ao processo da construção da identidade italiana vinculada a formação do Estado italiano e a conseqüente secularização da sociedade provocou rupturas nas referências tradicionais de identificação e organização social que foram ressignificadas nas Américas. Neste artigo defendemos a ideia de que antes de uma apatia política e da conformação das identidades nacional e religiosa, essa geração de imigrantes estava inserida em um momento de ruptura entre modernidade e tradição que se caracterizou pelo surgimento de novas práticas de organização e identificação social, caracterizada enquanto momento de aprendizagem política que se dava dentro do projeto de modernização dos Estados. No Rio Grande do Sul, essas novas práticas juntos às novas formas de sociabilidade serão de suma importância para os processos de integração político e cultural.

Palavras Chave: Imigração. Aprendizagem política. Integração.

Na historiografia sobre o tema relativo à imigração italiana no Brasil meridional, a questão relativa à conformação das identidades desses imigrantes assentou-se sobre o prisma da religiosidade católica e do mundo rural tradicional, cujas estruturas promoveram a manutenção de *um habitus* familiar patriarcal marcado pela vivência dos sacramentos e da manutenção da religiosidade de matriz católica. Parte dessa vivência religiosa teria sido transportada para o Brasil meridional, juntamente à atuação de diversas congregações religiosas que passariam a atuar nas regiões coloniais. Desse modo, essa mentalidade seria reflexo da forte atuação da Igreja Católica sobre a cultura camponesa do Vêneto italiano, que a partir da imigração reproduziu organicamente no Brasil meridional um tipo de sociedade camponesa vêneta do fim do século XIX, tradicionalista e católica (FRANZINA, 2006).

Parte desse entendimento fundamentou e propagou a ideia de que os imigrantes estabelecidos ao longo dos núcleos coloniais eram alheios ao nacionalismo italiano oficial, de modo que, a Igreja e suas Instituições seriam os principais esteios da sustentação identitária. Juntamente a isso, seriam esses imigrantes também alheios à participação política, negando-a, mantendo-se indiferentes ou mesmo subservientes a ela. Hoje, tem-se clara e fundamentada a denúncia de que esta interpretação generalizada fora fruto de uma historiografia *clericalizada* (POSSAMAI 2005; FRANZINA 2006; VALDUGA 2012).

¹ Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria.

A partir do exposto, é fecundo salientar de que estas discussões são contemporâneas às reflexões historiográficas que deram um novo olhar sobre o próprio processo de construção nacional italiano e sua conseqüente passagem para a modernidade a partir da secularização da política e da sociedade. Este enfoque prima o processo de laicização dos costumes, das práticas do cotidiano para além da imposição de novas referências de pertencimento identitário empreendidas pelo (s) Estado (s).

Este artigo pretende demonstrar que, antes de uma apatia política e da conformação das identidades nacional e religiosa, essa geração de imigrantes estava inserida em um momento de ruptura entre tradição e modernidade que se caracterizou pelo surgimento de novas práticas de organização e identificação social, ou seja, um momento de aprendizagem política que se dava dentro do projeto de modernização dos Estados. No Rio Grande do Sul, essas novas práticas juntos às novas formas de sociabilidade serão de suma importância para os processos de integração político e cultural. Embora a temática que tenha me induzido à proposta desse novo olhar acerca dos processos de integração política neste artigo se detenha sobre a particularidade do caso italiano e de sua corrente migratória para o Brasil meridional, gostaria de fazer um convite à reflexão que possa contribuir aos processos de integração e participação política como um fenômeno próprio da modernização dos Estados e das novas práticas de organização e identificação da sociedade em todo mundo ocidental.

A narrativa que norteou nossa análise começa com o processo da construção do Estado nacional italiano, prólogo da aprendizagem e integração política ao mundo moderno, estendendo-se as primeiras décadas do século XX nas comunidades que compuseram a Colônia Silveira Martins, quarta colônia Imperial implementada a partir de 1877.

Entre a tradição e modernidade: os embates entre o mundo rural e urbano e a crise do universalismo eclesiástico

Em um texto publicado em 1993, Marco Fincardi afirma que em grande parte da literatura sobre a Itália liberal (a península como um todo a partir da introdução de reformas liberais pré e pós unificação), historiografia da qual ele denomina escola *crocianda*, condicionou a percepções limitadas quanto as dinâmicas culturais mais amplas dentro da sociedade que se transformava em razão de uma chave de interpretação que reconhecia, ou dava foco, apenas no âmbito político a função culturalmente ativa e exclusiva da produção intelectual e cultural das classes dirigentes – o que por vezes reforçava uma visão arcaica da sociedade camponesa italiana, permeada por culturas populares tradicionalmente imóveis (imutáveis) que se

modernizariam somente a partir do processo de urbanização do mundo rural da segunda metade do século XX (1993, p. 511).

Essa leitura reforça a passividade das comunidades rurais quanto as transformações do mundo e a indiferença com relação à construção do Estado unitário e da política *tout court* sem levar em consideração a composição das forças assentes em âmbito local e sua relação com a manutenção de práticas consuetudinárias e paternalísticas. Tendência, que dentro dos estudos relativos aos processos de integração política, na Itália por exemplo, já redimensionou a necessidade de uma leitura que compreenda o impacto das condições de existência e das relações de poder locais e regionais da periferia em direção ao centro político e não o contrário (RIDOLFI, 2016). Este alijamento da sociedade aquém das ações de uma elite política e intelectual sustentou por muito tempo a tese de que o próprio processo de unificação nacional esteve alheio à participação popular, especialmente a região do Vêneto, debate superado pela historiografia mais atual – embora reconhecida a pouca afluência combativa das comunidades rurais da região (DE MARCHI, 2011; ALBERTON 20015).

Junto a isto, há também um conjunto de polêmicas revisionistas com objetivos que variam de políticas separatistas latentesⁱⁱ ou a defesa de um federalismo conciliatório que dê conta de uma maior autonomia regional hoje na Itália. Sobre o tema, Alessandro Casellato (2002) analisou os fundamentos históricos, culturais e políticos evocados em diferentes momentos da história política italiana, sob o enfoque dos esforços intelectual e políticos regionais em “*Identità Veneta: appunti per una genealogia*”. Em sua análise, o autor identifica as bases e motivações do discurso que prima o distanciamento do Vêneto ao Estado nacional, em defesa de sua autonomia administrativa e cultural assentada sobre os alicerces da língua (vêneta em oposição ao italiano *standard*), da tradição religiosa e da exaltação do mundo rural – elementos que dão origem à uma dupla pertença, opondo a identidade regional ao Estado nacional a partir da manutenção da hegemonia católica na política local e de seus representantes em âmbito nacional.

Segundo o Casellato (2002), esses elementos foram as bases ideológicas que permitiram os diversos atores políticos regionais relacionarem-se efetivamente com o Estado nacional. Por um lado, a “invenção” de uma identidade vêneta, possibilitou o acesso através da atuação parlamentar de recursos públicos federais para a região, ao mesmo tempo que permitiu a “integração sem pertencimento”. Ou seja, a exaltação da diferença enquanto recurso político para a permanência no governo, enquanto oposição, para a conciliação de ambições autonomistas e /ou de integração. A apropriação por parte dos católicos dessa “identidade vêneta” permeou a política regional desde o oitocentos aos dias atuais, e embora houvesse parte

desse *revival* identitário nascido das políticas de esquerda dos anos 60 e 70 do século XX, foi a partir da década de 80 que uma guinada política de direita se apropriou desses elementos regionais para afirmação política. Essa identidade política católica de direita na Itália é também conhecida como “Italia Bianca” (Itália Branca). Conforme o autor:

É significativa a origem católica de grande parte dos inventores da “identidade vêneta: em seus discursos são abundantes as referências ao povo e à comunidade, jamais ao Estado nem aos indivíduos, os quais são sempre retratados negativamente, como fonte de ameaça (a opressão do Estado) ou elementos de degradação (o individualismo como fruto envenenado dos princípios de 1789)ⁱⁱⁱ. (CASELLATO, 2002, p. 103)

Dentro desta lógica são reforçados uma oposição entre o mundo rural e urbano, onde, segundo Casellato:

O elemento perturbador não é tanto o ‘diferente’ de fora, mas aquele que ameaça a coesão da comunidade de referência a partir de dentro: o inimigo interno, o ‘traidor’, que muitas vezes é representado no papel do intelectual cidadão secular e progressista. Assim, é frequente que por trás da batalha em defesa da cultura camponesa finalmente espreite o velho ruralismo, talvez temperado com um molho étnico: laços com a terra, proximidade com a natureza, sanidade moral, tradição, laboriosidade, independência econômica. Não é por acaso que os *venetistas* são fascinados pelo imaginário ruralista^{iv}. (2002, p.103)

Sobre a formação dessa identidade social, Maurizio Ridolfi diz que

Foi entre o Vêneto e a Lombardia que uma Italia Bianca (católica) foi prefigurada cedo. Num mundo camponês que não foi afetado, como foi o caso do baixo Vale do Pó, pelas transformações capitalistas e pela difusão de práticas associativas socialistas, os católicos lançaram as bases para um enraizamento que durante quase um século marcou a identidade social e cultural daquelas terras, ao contrário do que aconteceu no Sul do país, não só devido a um desenvolvimento mais lento e contraditório, mas também a contextos comunitários caracterizados por um processo de secularização mais fraco.^v (2016, p. 112).

No Rio Grande do Sul, esta oposição entre o mundo rural e o urbano é presente em parte da historiografia. De acordo com Marin (1993) e Giron (1989) a vida política dos imigrantes italianos permaneceram ao longo dos primeiros anos muito ligada às convicções políticas que permearam o processo de unificação italiana, fazendo com que as comunidades rapidamente assumissem identidades políticas distintas: nos núcleos interioranos, uma maioria católica de origem camponesa de posicionamentos tipicamente intransigentes em oposição aos preceitos liberais, ancorados inerentemente no contexto dos litígios entre Igreja e Estado no velho mundo e ao proselitismo religioso junto ao meio rural; nas sedes onde a maior parte dos imigrantes exerciam atividades liberais, concentravam-se maçons e anticlericais, dentre eles funcionários públicos, italianos e alemães. O que se observa no Rio Grande do Sul, segundo Giron (1989), Marin (1993), Vendrame (2003), Zanini (2006), é que o contexto urbano implicava em uma

maior circulação de ideias e pessoas, ao contrário do que ocorria nas comunidades do interior, relativamente isoladas.

Embora seja muito difícil discordar de tal assertiva, em geral, a problemática que permeia a questão da conformação das identidades e a todo arcabouço que fundamenta o arquétipo da identidade vêneta e sua resignificação na condição de imigrante no Sul do Brasil fundamentam-se no impasse político ideológico da construção do Estado italiano e a Igreja, independentemente disso sobrecarregar mais para um ou outro lado (da italianidade em suas múltiplas manifestações, de sua apropriação simbólica da religiosidade tradicional em oposição aos símbolos nacionais etc). Pelo menos este tem parecido ser o principal esteio da problematização identitária.

O que nos leva ao ponto de nos depararmos com uma sinuca gnosiológica que não é capaz de explicar as contradições que marcam sua formação. Franzina, por exemplo, ao analisar diversas fontes memorialísticas de cunho popular de imigrantes na América Latina, já anunciava como as narrativas sustentadas pela historiografia oficial subestimava aquilo que “diz respeito à coexistência na cultura dos colonos de valores que indiferentemente se inspiram na tradição clerical e religiosa e na patriótica e secular do Risorgimento” (FRANZINA, 1992, p. 233). Com isso em mente, gostaria de propor uma outra leitura que dê conta de explicar tais contradições como - fruto de um momento de transição onde novas práticas políticas e culturais requeriam a apropriação de determinados símbolos que fundamentassem esses mesmos ritos e práticas políticas que se desdobram na identidade como dimensão de sua reivindicação ativa.

Essas contradições se encontram, ou se formam, no interior de um processo de ruptura de uma mentalidade, no sentido de sua grande duração, do Antigo Regime para a modernidade. Tanto a “consciência nacional” como a “consciência política”, se deram através de uma nova mentalidade (em vias de transformação) que acomodasse novas instâncias de autopercepção individual e coletiva que ainda transitava entre comunidade (imediate de convívio e nacional/Estatal) e os indivíduos que a formam, além da revolução cultural, econômica e social enlevada pelos princípios de 1789. Um processo longo advindo da permanência de valores ainda muito enraizados na cultura camponesa, sobretudo cristã, “onde lentamente desaparecem as ameaças provindas de um além que nos castigará por nossas ações” (MANIERI, p.75, 2013), cuja transição para a modernidade exigiu a construção de uma nova práxis política onde “todo um conjunto de representações deveria ser removido ou deslocado” (MANIERI, p. 75, 2013). Em outras palavras, é uma mudança que desloca a organização da sociedade para fora do mundo da paróquia como comunidade espiritual, para a comuna, o cabildo, a prefeitura – da Igreja Católica Romana, ao parlamento e assim via. Com isso a construção e a reivindicação de uma

independência moral laica, de associação independente que se contrapunha às estruturas cristãs de referimento e organização da sociedade.

Embora o prólogo dessa ruptura tenha se iniciado muito antes de 1789, foi a partir da Revolução Francesa que a questão nacional se impôs como referência de organização social, uma inflexão do indivíduo passivo dentro de uma comunidade espiritual para um indivíduo ativo dentro da comunidade nacional. O que ocorre é uma mudança nas práticas sociais fora do âmbito dogmático da Igreja. Esta inflexão pode vir de fenômenos bastantes triviais do dia-dia. Um exemplo muito simples sublinhado por Fincardi (1993) para indicar as mudanças dessa mentalidade em transição na sociedade, seria a prática cada vez mais frequente ao longo do tempo da realização de feiras dominicais, prática oficialmente desencorajada pela tradição católica romana.

Consoante a esta chave de leitura, por exemplo, Marco Fincardi nos atenta ao entendimento de Silvio Lanaro de que:

Nas décadas pós-unificação e durante a Belle Époque, os costumes da sociedade italiana teriam mudado acentuadamente, mais por um emburguesamento da vida privada do que por uma difusão das ideologias seculares do Risorgimento. (FINCARDI, 1993, p. 511)

Na transição das práticas consuetudinárias para a modernidade, temos uma inflexão nas práticas de socialização que transcendem o mundo religioso, enquanto comunidade espiritual, para outros meios de associação livre independentes. De acordo com Putnan,

O século XIX foi uma época de incomum efervescência na vida associativa em grande parte da Europa Ocidental, sobretudo entre as chamadas classes populares, isto é, o grosso da população. As formas mais antigas de sociabilidade organizada, como as confrarias religiosas e as guildas medievais, tinham gradualmente perdido seu vigor nos séculos precedentes, tornando-se meros vestígios da época em que verdadeiramente mobilizavam os interesses e as paixões populares. (p. 147 – 148).

No entanto, a ruptura dessa mentalidade é diferente nos centros urbanos e no meio rural, cuja incapacidade de ação do Estado conseguiu muito aos poucos penetrar através da alfabetização e da ampliação dos direitos políticos, como o voto, e mesmo assim de forma bastante tardia. Elementos que pertencem a mesma esfera de transição em direção à aprendizagem de práticas de organização, ação e identificação modernas empreendidas pelos Estados nacionais.

Para Putnam, a proletarização decorrente da Revolução Industrial “tornaram ainda mais urgente a criação de novas formas de solidariedade social e econômica” (2006, p. 148) onde “as antigas mazelas das doenças, dos acidentes e da velhice vieram somar-se os riscos do

desemprego e o desagradável anonimato dos novos centros industriais” (2006, p.148). No Vêneto dos oitocentos não houve a industrialização que provocasse um processo de urbanização e com isso as grandes transformações no sentido capitalístico como nos grandes centros industriais das regiões do Piemonte e Lombardia. No entanto, “os que permaneceram no campo não estavam imunes aos novos infortúnios, como mostram as crises agrícolas da segunda metade do século” (PUTNAM, 2006, p.148).

Bispos e padres já interpretavam como um fenômeno novo aquilo que chamariam de “centro urbano” – não a partir da expansão econômica e demográfica, mas sim como uma realidade sócio-religiosa complexa (GAMBASIN, p. 25), homônima ao entendimento de Lanaro, do qual já apontava sobre o emburguesamento das práticas sociais. De acordo com Gambasin,

A pastoral tradicional não responde às necessidades dos membros das sociedades artesãs e operárias para fins mutualistas, mas também reivindicativos. São formas associativas modernas para quais convergem proletários artesãos e operários [inclusive camponeses jornaleiros] não por fins ético-religiosos, mas por interesses econômicos e políticos. Por parte dos párocos elas não são consideradas uma organização anti Igreja mas o túmulo das devoções, florescendo entre as confrarias religiosas, a família patriarcal e o santuário. Às margens da Igreja vivem minorias burguesas anticlericais, maçons e radicais.^{vii} (GAMBASIN, p. 25)

Esse “fenômeno urbano”, pode ser interpretado como a crise do universalismo eclesial que fundamentava a sociedade até então. Desse modo, o surgimento de novas esferas de socialização e referimento, como as associações de mútuo socorro, por exemplo, acabou sendo identificado como elemento perturbador da ordem social nas regiões rurais. A organização dessa nova sociabilidade “constitui o canal privilegiado de difusão dos comportamentos modernos, e da sua assimilação – ou oposição aos costumes tradicionais^{viii}” (FINCARDI, 1993, p. 525).

Essa oposição entre o “rural” e o “urbano” também se encontra presente nas memórias do imigrante Antônio Ceretta, onde essa fratura entre a modernidade e a tradição são muito latentes e evocam parte do léxico político que se formava no período e encontrou permanência como sintoma desta transição. Sua visão de mundo ilustra esta mentalidade rural, traduzida enquanto a permanência do tradicional: não há civilização fora da Igreja. Para Antônio Ceretta,

Não se pode descrever a história de nenhum povoado da colônia italiana, sem que se figure em primeira linha e como motor de seu desenvolvimento, ocupando o lugar de primeiro fator, o movimento e progresso religioso. (Caderno 1, 194?, p. X- Manuscritos Polesine).

Na região central do Rio Grande do Sul, ao narrar a trajetória da formação da comunidade de Vale Vêneto e seu desenvolvimento religioso, Ceretta explicita as diferenças

culturais, políticas e religiosas em relação a Sede colonial Silveira Martins chamada inicialmente de “Città Nuova” - centro administrativo e urbano, ou futuro centro urbano da região de assentamento agrícola e de colonização próximo à Santa Maria. Segundo Ceretta, o nome da comunidade de Vale Vêneto, antes apelidada carinhosamente de “Buraco” em razão de sua localização junto ao vale estreito de Mata Atlântica, faz referência a origem de seus primeiros habitantes “pertencentes àquela região da Itália que se chama Vêneto, nome derivado de Veneza, belíssima cidade, antiga capital da República deste mesmo nome” (Caderno 1, 1941, p.2) Seus habitantes eram “muito laboriosos, de índole pacífica e muito amante de sua religião Católica e da sua bela pátria” (Caderno 1, 1941, p. 2). Foi em Vale Vêneto “onde a vida religiosa sempre se conservou vívida e palpitante” ao contrário de outros “recantos” onde ela encontrava-se “quase, pode-se dizer, amortecida” (Caderno 1, 1941, p.19). No Vale, sob a liderança dos primeiros fabriqueiros e do comerciante Paolo Bortoluzzi, os colonos

trabalhavam e se esforçavam [...] para procurar o necessário as suas necessidades espirituais: os do restante da colônia Silveira Martins, deixavam-se ficar indolentes e inoperosos no progresso espiritual [...]. Na chamada Cidade Nova, o governo tinha mandado construir um edifício em pedra para ali instalar a Diretoria da Colônia. Surgiram algumas casas de madeira, ou fechada de pau e barro, e principiavam estabelecer-se alguns negociantes o mais importante era Prospero Pippi, toscano; que chegou ao barracão solteiro e aí se puz mascatear entre as imigrantes e casou-se depois, com uma moça de uma família tiroleza. Com a chegada de sempre novas levadas de imigrantes fez fortuna e se fez negociante forte; era *catolico naturalmente; mas com a cabeça cheia de ideias liberais e de indiferentismo; e como ele foram mais ou menos todos os que aí se estabeleceram, como fundadores da nova cidade.* (1941, p. 35)

Além disso, sobre o perfil dos imigrantes da colônia, Ceretta diz que

Os colonos, em geral, eram bons cristãos, que conservavam o amor à religião, mas se deixavam ficar inertes por não ter um chefe que o soubesse organizar: tanto mais, que si tivesse alguns dispostos a falar bem da religião, surgiam aqueles *garibaldinos da cidade nova*, a fazer mofa deles chamando-os de *ipocritas, santarrões, beija bancos* e mais ainda assim pelo respeito humano, deixavam-se cair no *indiferentismo* e ao tempo em que estamos com a nossa narração, nada tinham feito pelo culto divino da religião. (Caderno x, 1941, p. 36)

Ainda nos primeiros anos, também na sede, Antônio Ceretta fala sobre a fundação de uma Sociedade de Mútuo Socorro. Segundo ele “esta sociedade tinha suas raízes na maçonaria, embora as conservasse bem coberta”. Em Silveira Martins “tinha-se afilhados todos os piores elementos que havia na chamada Cidade Nova” além de alguns “colonos” (1941, p. 53). Porém “quem era verdadeiro catolico, mantinha-se dela afastado, tanto mais que os componentes de mais influencia que a sustinham, eram todos sujeitos que não inspirava confiança” (1941, p. 53).

Trago à baila estas reflexões para complexificarmos o debate de que a própria questão da integração política precisa ser compreendida à luz do nascimento de novas práticas e da

universalização das mesmas. Esse “novo” fenômeno das novas modalidades de sociabilidade segundo Fincardi (1993) funciona como uma estrutura cultural intermediária entre a cidade e o campo e, em geral entre a sociedade europeia em rápida transformação e as comunidades locais, menos vinculada ao Estado liberal e com pouca resistência da Igreja que ia perdendo cada vez mais relevância. Essas novas redes de associação formariam mais tarde os núcleos de “politização” (PUTNAM) e do estabelecimento de “consensos eleitorais” (RIDOLFI, 2016), cada vez mais vinculados ao Estado liberal. Esse fenômeno não seria negligenciado pela Igreja que, preocupada cada vez mais com a questão social e a crescente crise moral do indiferentismo, passou a promover a formação de redes associacionistas mutualísticas e de crédito vinculadas à Igreja, além da renovação pastoral pela publicação da *Rerum Novarum* em 1893 e das ações da *Opera dei Congressi*.

Essa tensão entre essas novas modalidades de estruturação social, entre o tradicional e o moderno, entre a tradição e o novo também transcendeu o mundo europeu, não somente em decorrência da imigração, mas por uma transformação da própria sociedade ocidental liberal que adotava cada vez mais o projeto de modernização dos Estados. Essa transição não se dá apenas pelo fenômeno das redes associacionistas, mas sim a todo o nascimento de práticas cívico-religiosas de cunho identitarista cada vez mais vinculadas aos Estados (não somente como baluarte de ressignificação identitária, mas também como núcleos de mobilização reivindicativas dentro do Estado). No Rio Grande do Sul, essas novas práticas juntos às novas formas de sociabilidade serão de suma importância para os processos de integração político e cultural.

A política enquanto espaços formais e não formais de ação

Quando pensamos em política, parece-nos praticamente natural associá-la as disputas partidárias, às eleições e os exercícios de mandatos junto ao governo de um Estado, como presidente, governador, prefeitos, deputados, senadores, vereadores etc. No entanto estas constituem apenas uma das instâncias, aquelas formais, pelo qual a política se desenrola. Mas como compreendemos a política? E para além disso, como poderíamos definir a integração política?

É difícil pensar no conceito de política sem evocar seus condicionantes inerentes, tais como recursos^{ix}, poder e autoridade. Isto porque o poder relaciona-se indissociavelmente ao acesso e ao controle dos recursos disponíveis, e cujo controle confere o exercício do poder à autoridade. O poder pode ser definido como “a capacidade de impor a própria vontade aos outros^{xii}” (FABBIETTI, p. 355, 2019), seja qual for a natureza do sujeito que o exerce: um

indivíduo, um partido, um grupo ou mesmo o Estado. Ou seja, a política se define a partir da disputa pelo poder e o poder, enquanto tal, relaciona-se indissociavelmente ao controle de recursos de natureza material ou simbólica.

A partir dessas considerações, compreende-se de que a política consiste na disputa contínua pelo poder e dos recursos que permeiam as relações sociais em diversas instâncias de forma permanente, visto que há sempre a necessidade de recursos para a manutenção da vida e da ordem social vigente ou em câmbio. Dessa maneira, a política pode ser comparada à uma arena onde as disputas são travadas pelo exercício do poder, e aqueles partícipes de tal processo, podem ser denominados de atores políticos.

Conforme Fabietti, as interpretações antropológicas dos fenômenos políticos

Consideram a atividade política como uma arena na qual se trava a disputa pelo poder. Essa imagem da arena [...] liberta o objeto de estudo daquela imagem excessivamente estática que há muito caracterizou grande parte da reflexão antropológica política. Em vez de representar o poder em termos de Instituições ou papéis políticos, a antropologia tomou o caminho de estudar os aspectos dinâmicos do confronto político. Desta forma, enfatiza os atores que, participando da disputa, revelam-se interessados no controle dos recursos materiais e simbólicos. A atividade política é, portanto, um aspecto intencional do comportamento individual e coletivo pelo qual indivíduos ou grupos manipulam, de acordo com propósitos e interesses específicos, as regras e instituições vigentes em sua sociedade. (2019, p. 381)^{xi}

Bom, esta é uma definição antropológica do fenômeno político. Em História, quando pensamos na dimensão política, é necessário ir um pouco além: a política é inerente às relações sociais, porém é necessário estabelecer o contexto da disputa política em um espaço e um tempo definidos para sua compreensão. Em outras palavras, é necessário historicizar a política.

Aqui, a definição antropológica da arena política nos é cara, pois ela nos possibilita compreender como, quando e por que indivíduos e grupos passam a participar das disputas de poder. Ao longo do processo de integração política e cultural no Rio Grande do Sul existe um relativo consenso de que estas relações não se deram através dos canais político institucionais formais, passando a fazer esta mediação outras instituições não formais, como por exemplo, a Igreja e as associações leigas, as lojas maçônicas, as sociedades de mútua assistência e recreativas, cooperativas etc. (MARIN, 1993; VALDUGA, 2012), instâncias estas que se iniciam fora das Instituições formais de representação política e se direcionam, posteriormente, em direção a elas. Isto porque em geral, quando se fala em participação política de imigrantes e descendentes, parte-se do princípio de que estes, especialmente ao longo da primeira década pós início da colonização, encontravam-se alheios a estas práticas. A análise das relações entre os indivíduos ou atores políticos fora dessas canais institucionalizados ou pré-políticos é chamada de *perspectiva processual*, onde a motivação e o interesse políticos são encontrados

na implementação de determinadas estratégias de ação coletiva e individual (FABIETTI, 2015).

Esta perspectiva permite

apreender melhor o caráter compósito do fenômeno político, pois, ao vincular a ação política a motivações, estratégias e escolhas individuais e coletivas, ela se confronta constantemente com outros aspectos da vida social e cultural que, do ponto de vista estritamente político, deve antes ser considerado como econômico, religioso, estético etc^{xiii}. (FABIETTI, 2015, p. 359).

Por isto e outras razões, quando falamos em integração política, estamos falando da integração à disputa pelo poder que se iniciam a partir da mediação das Instituições não formais. Isso implica também uma dimensão econômica, visto que somente a partir do momento em que o acesso aos recursos, sejam eles de natureza material ou imaterial, tornem possíveis a ação política. Conforme as zonas coloniais cresciam econômica e materialmente, mais importante esse setor da sociedade se tornava e maior também sua capacidade de ação política. Um recurso imaterial à disposição dos imigrantes ao longo dessas estratégias é o voto ou a abstenção dele. – como instância de legitimação ou deslegitimação do poder, da troca de favores em relações tipicamente clientelistas/coronelistas.

Nesse sentido, parece mais correto falar em processo de politização ou de aprendizagem política do que afirmar a subserviência ou apatia ao jogo político estabelecido. Neste sentido, é necessária a criação de um contexto que possibilite a expansão dos espaços de ação política. Desse modo, gostaria de enfatizar de que a política vai muito além da disputa pelo poder Institucionalizado pelo Estado, e que a integração política parte do entendimento de como a disputa pelo poder funciona. Para tanto, há vários modos de se interpretar a integração política. Porém, partindo do óbvio, é necessário ressaltar, como falamos anteriormente, de que quando esses imigrantes se estabeleceram junto ao Brasil meridional, eles se inseriam em um contexto, onde já estavam consolidadas as autoridades políticas e econômicas e os consequente embates pelo poder regional e estadual. É interessante ressaltar aqui a justificativa de que Gustavo Valduga (2012) empreende em suas reflexões acerca da conquista dos espaços políticos por italianos a partir da década de 20 dos novecentos e que se encontram alinhados à nossa compreensão. Conforme Valduga:

[...] é evidente que a ausência do imigrante na participação política institucional nos primeiros anos se deu pela condição específica em que se encontrava: sujeitos desterrados, sem vínculos históricos, sociais e culturais com a terra de destino, tiveram de reordenar seu mundo a partir dos elementos mais básicos necessários à vida. O caráter contraditório dessa situação tornava o imigrante presente fisicamente, mas ausente simbolicamente, já que não possuía presença histórica que pudesse aí incluí-lo em alguma forma de tradição: eram estrangeiros e estranhos, o que não quer dizer indiferentes. (2012, p. 263).

Nesse sentido, a integração política desses imigrantes deu-se a partir da relação dialógica entre o contexto político, ideológico e cultural da terra de partida ao contexto político, ideológico e cultural no Estado sulino. Neste sentido, quais eras as condições e os limites da participação política desses imigrantes na terra de partida, e quais foram as condições encontradas no novo mundo?

Em primeiro lugar, na Itália pós unificação, a cultura política do liberalismo não deu especial fortuna à ideia de partido (RIDOLFI, 2016), diferentemente do Brasil e do Rio Grande do Sul, cuja organização institucional política já havia sido incorporada enquanto prática^{xiii}. Nesse sentido, a origem e a consolidação das organizações políticas modernas se deram a partir da transição da sociedade tradicional à moderna, da dissolução das formas preexistentes de coesão social em relação à uma diferente hierarquia com que se caracterizava (RIDOLFI, 2016). Apesar do nascimento da Itália unida e do processo de construção do Estado, ainda persistia uma grande fragmentação da sociedade civil, entre outros motivos devido a dissolução dos Estados regionais anteriores ao Estado unitário e a sua difícil assimilação ao novo Estado nacional. O novo sistema de relações entre o Estado nacional italiano do final dos Oitocentos e do início dos Novecentos e a sociedade se davam essencialmente a partir de três pontos: a predominância das identificações locais de pertencimento em detrimento do Estado; a substancial abstenção dos aparatos estatais do controle sobre os contratos de aluguel rural nas grandes propriedades, dos contratos de trabalho rural e urbano e a consequente formação e manutenção das redes clientelares em grande medida herdadas das práticas do direito consuetudinário; e o papel da figura dos notáveis enquanto mediadores das relações locais e regionais com o Estado (MERIGGI, 2015).

Ou seja, “os elementos herdados da sociedade tradicionalista (como as hierarquias entre classes e estilos de vida, a influência dos notáveis e a fragmentação local) resistiram ao vento de modernidade que soprava das instituições”^{xiv} (RIDOLFI, 2016, p. 93). Desse modo, a politização e integração política se constituiu através mais no sentido de uma representação comunitária, a nível local, do que da representação de interesses por meio de uma organização partidária de base ideológico-programática.

Ao longo do processo de unificação, diversos foram os pontos de inflexão ao longo dessa aprendizagem política, como as guerras de independência^{xv}, a herança do espírito dos plebiscitos e as reformas eleitorais e administrativas. Deste modo:

Sobreviviam ainda os sistemas locais de autoridade social dotados de formas próprias de legitimação: o clientelismo tradicional veio transformar o procedimento eleitoral num cenário dominado pelos notáveis da comunidade e grupos e clientelas eleitorais. Isso revelava o caráter amplamente territorial da direção política, em

detrimiento de sua função geral, que deveria priorizar a representação da nação antes da distrital. ^{xvi} (RIDOLFI, 2016, p. 95).

A legislação eleitoral italiana coincidiu em substância com a definida em conjunto com a promulgação do Estatuto Albertino, através do édito Real sobre a lei eleitoral de 17 de março de 1848 n.680, sofrendo modificações parciais em 1859 e 1860, redefinindo os círculos eleitorais conforme novas regiões eram anexadas ao reino unido. Mesmo depois de 1870, com a completa unificação, os requisitos para o eleitorado ativo permaneceram praticamente os mesmos (DE MARCHI, 2011, p. 212). O direito ao voto permanecia vinculado ao censo (renda mínima) e era reservado apenas para os cidadãos do sexo masculino com idade superior aos 25 anos, exigindo ao mesmo tempo a alfabetização mínima. Os requisitos para a obtenção dos direitos políticos, como o voto deveriam obedecer a 4 critérios: ser cidadão italiano, ter completado os 25 anos de idade, saber ler e escrever, entre outros condicionantes (DE MARCHI, 2011, p. 213- 213).

Dessa maneira, as eleições possuíam diversos empecilhos para a participação política institucional, excluindo praticamente 98% da população italiana. Dos 2% restantes, apenas metade votava efetivamente (DE MARCHI, 2011, p. 213). Com a reforma eleitoral de 1882, esse número saltou de 2% para 7% (MERIGGI, 2015, p. 16). Dentre as novidades da reforma, estavam a redução da faixa etária dos 25 para os 21 anos de idade, mantendo-se, porém, o requisito da alfabetização; também a limitação censitária não constituía mais um empecilho à qualificação eleitoral daqueles que houvessem concluído com êxito as provas da escola elementar obrigatória (DE MARCHI, 2011, p. 273). Desse modo vê-se que ainda nesse momento, as práticas políticas do exercício do voto e a conseqüente integração política da sociedade no Estado italiano não se apresentava como um rito universalizado.

No Brasil Imperial, a legislação que regulava os direitos políticos se inseria dentro da Constituição, que desde 1824 já representava uma vanguarda no mundo ocidental. Segundo José Murilo de Carvalho, todos os homens maiores de 25 anos com renda mínima de 100 mil réis poderiam votar, inclusive os analfabetos. Aqueles qualificados como eleitores deveriam comparecer obrigatoriamente ao rito eleitoral. Os escravos, naturalmente eram alijados de quaisquer direitos políticos. Chefes de família, oficiais militares, bacharéis, clérigos, empregados públicos e todos aqueles que comprovassem independência econômica poderiam votar aos 21 anos de idade (2008, pp. 29 – 30).

No entanto, o rito eleitoral dava-se de forma indireta e em dois turnos. Primeiro, os votantes deveriam eleger os eleitores, que deveriam ter uma renda mínima de 200 mil réis nas

eleições para deputados e senadores. O sufrágio direto se dava apenas junto aos pleitos municipais de vereadores e juizes de paz em um só turno. Em 1872 cerca de 13% da população adulta votava, em 1881 esse percentual chegava à 50%. Comparativamente aos países europeus, apenas 2% votavam na Itália, 2,5% na Holanda, 7% na Inglaterra, 9% em Portugal. O sufrágio universal masculino existia apenas na França e na Suíça (CARVALHO, 2008, p. 31). Como se vê, ainda neste momento estavam ainda se afirmando os novos ritos e práticas na arena político institucional que se ampliaria mais tarde através do crescente processo de politização das massas que se dava através das lutas sociais conforme a sociedade se modernizava.

Fazendo um breve paralelo com o processo de integração política de imigrantes teuto e descendentes teuto brasileiros ao Império^{xvii} do Brasil, Carlos Piassini (2021) desconstrói a ideia dentro da historiografia sobre tema, de que a participação política destes imigrantes e descendentes fosse praticamente nula. De acordo com o autor, a participação política desse setor da sociedade passou por um processo de ampliação ao longo do século XIX, à medida que uma série de obstáculos iam sendo superados, destacando que houve um processo de ampliação da participação política eleitoral dos teuto-brasileiros durante o século XIX, com pouca expressão em sua primeira metade e uma gradual expansão na segunda metade dos Oitocentos^{xviii}.

Disso se depreende que esse processo de integração política e, portanto, de aprendizagem política, deu-se no decurso de um espaço temporal de pelo menos meio século. Não é de se admirar de que a participação e atuação política de imigrantes italianos ao longo dos núcleos coloniais ao longo do interior do Estado sulino não passasse por um processo de aprendizagem e integração semelhantes. Sobre o tema, Gustavo Valduga (2012), ao analisar o processo de integração política de imigrantes e descendentes na serra gaúcha ao longo da Primeira República, afirma que sempre houve a vontade de participar por parte destes imigrantes das disputas pelos poderes locais, regionais e, posteriormente estaduais. O autor ressalta de que inicialmente não existiam os meios e condições para que as suas reivindicações alcançassem espaços de representação na defesa de seus interesses. Ainda conforme o autor,

Esses elementos só apareceriam depois de um período de desenvolvimento e organização regional, quando uma rede de poder, mais bem tecida, conseguiu atar os diversos pontos localizados nas comunidades mais interioranas às sedes dos municípios. (VALDUGA, 2012, p. 264).

Dessa maneira, entre o final dos oitocentos e início dos novecentos:

No quadro de um sistema político como o italiano, centrado no uso privilegiado da administração pelas classes dominantes liberais e, portanto, refratário a assimilar a presença de corpos políticos na sociedade civil entre instituições e indivíduos, as raízes territoriais das culturas políticas, tanto de oposição quanto de apoio às

instituições, deu-se inicialmente pela politização de redes associativas de solidariedade e defesa dos interesses sociais, inclusive populares.^{xix} (RIDOLFI, p. 93 – 94, 2016).

Na Itália, o surgimento e a consolidação das redes associativas e de sociabilidade, acabou contribuindo para transformação dos costumes comunitários tradicionais nas áreas rurais urbanizadas, introduzindo dessa maneira a prática do voto entre as formas efetivas de participação política. No Rio Grande do Sul, a cultura do associacionismo trazido pelos imigrantes também se tornou uma importante instância de mediação entre os interesses das comunidades no diálogo com as autoridades governamentais. Conforme as comunidades cresciam e se dinamizam acompanhadas do crescimento econômico, mais importantes tornou-se a necessidade do Estado gaúcho de integrar política e culturalmente esse setor da sociedade.

A organização da política: mediadores e clientelismo como fator de inserção na modernidade

Assim como na Itália, essas comunidades acabaram resistindo aos ventos da modernidade que sopravam das Instituições procurando sempre garantir sua autonomia sem a intervenção do Estado. Conforme as comunidades se desenvolviam, também crescia a necessidade de integrar-se economicamente para o escoamento da produção agrícola e, posteriormente, industrial – e como consequência desta necessidade, ingressar junto aos jogos de poder para a defesa de seus objetivos.

A integração política da sociedade de origem imigrante e descendentes na região da ex-colônia Silveira Martins se diferencia daquela das regiões serranas. Existem diversos fatores para essa afirmação. O primeiro ponto a se destacar, refere-se à fragmentação político ideológica entre os núcleos que a compunham, sobretudo entre a Sede e os núcleos interioranos. Conforme Giron (1989) e Marin (1993), ainda nos primeiros anos a vida política dos imigrantes permaneceu muito ligada as convicções políticas trazidas da Itália, fazendo com que rapidamente os diferentes núcleos adquirissem rapidamente uma identidade política: nos núcleos mais interioranos e conseqüentemente mais isolados, se estabeleceu, em sua maioria colonos, comerciantes e artesãos católicos; na Sede Silveira Martins, a maioria dos imigrantes que lá estabeleceram-se exerciam atividades urbanas (comerciantes, profissionais liberais, artesãos), neste ambiente alguns imigrantes italianos acabaram entrando na maçonaria, que era composta especialmente por funcionários público nacionais alemães e teuto-brasileiros, além de católicos tipicamente liberais.

Essas características levaram à rivalidade entre as comunidades do interior e a Sede. As razões das dissidências políticas e religiosas desses imigrantes tem relação com a disputa pelo estabelecimento de sacerdotes nas comunidades para o auxílio espiritual da sociedade colonial ainda no tempo do Império, o que garantiria o crescimento material e espiritual das comunidades junto ao estabelecimento, e a formação de curatos independentes. As disputas se acirram ainda nos primeiros anos, através do estabelecimento de sacerdotes mediada pela ação dos comerciantes de Silveira Martins e o Sr. Próspero Pippi, a partir de 1881, em razão dos benefícios econômicos que o movimento religioso garantiria nos dias festivos^{xx}, conseguindo o estabelecimento de dois sacerdotes italianos, um designado para a Sede Silveira Martins – Vittore Arnofi - e outro para a comunidade de Vale Vêneto – Antônio Sório. Em 1884, Vittore Arnofi suicida-se, provavelmente em razão de ter engravidado uma criada sua, sendo então Sório transferido para a Sede por disposição do Bispo de Porto Alegre (SCHWIN, 1918, Caderno a, p. 8 – 9)^{xxi}. No núcleo de Vale Vêneto, os padres palotinos, estabeleceram-se em 1886. A partir de sua ação missionária, os palotinos pretendiam disciplinar a sociedade colonial nos moldes do catolicismo romano e exercer o controle político e das consciências, que de lá, se espalhariam pelos demais núcleos coloniais, abrangendo toda a região da ex-colônia Silveira Martins a partir de 1900 com a morte de Antônio Sório.

Conforme Schwin, sacerdote da Sede Silveira Martins a partir de 1906,

Durante os dezesseis anos que o P. Sório regeu esta freguesia a religião ia diminuindo e Silveira Martins Sede tornou-se paiz de má fama e também nas linhas a religião ficou muito atrás de Vale Veneta, Soturno, Núcleo Norte, Nova Treviso administrados pelos PP. Pallottinos desde 1886. Peior do que as linhas e ruim como Silveira Martins era Dona Francisca, pertencentes ao curato de Vale Veneta. Ahi, maçons e maus catholicos mais do que os numerosos protestantes abafavam qualquer desenvolvimento religioso (1918, p. 15)^{xxii}.

Ainda de acordo com Schwin, Antônio Sório

Era no tempo do Império chefe político, depois renaturalizado italiano, foi agente consular e por algum tempo presidente da Sociedade de Mutuo Socorro. Elle geralmente intrometia-se em muitos affazeres que prejudicavam seu ministério sacerdotal atrahindo sobre ele odios e inimizades. [...] Costumava denigrar aos confrades quando bebia e jogava com os amigos liberais da Sede e de fora acompanhava a crítica insulsa que elles faziam ao Papa. Trajava a miudo à paisana e tomava parte ativa nos bailes (1918, pp. 16 - 18)^{xxiii}.

Na Sede Silveira Martins

geralmente as autoridades e empregados públicos eram incrédulos ou imoralíssimos. Desta cathegoria pertenciam o major Claro de Oliveira, subintendente, o Pinho escrivão, o Almeida professor publico. Exerciam um verdadeiro apostolado de impiedade muitos caixeiros viajantes. Estes elementos juntos fundaram uma maçonaria que mais tarde transferiu-se para Estação Colonia [...] Gente ruim eram na maioria os médicos e curandeiros. Também entre os comerciantes, pequenos industrialistas e hoteleiros houve muitos elementos desmoralizadores. (1918, p. 19)^{xxiv}.

Schwin também relata o caso do pároco de Silveira Martins no ano de 1904, quando Mathias Schonauer se vira “obrigado a deixar a freguesia em seguida a uma desavença grave com o escrivão Antonio Fantoni que mandou dar tiros sobre o padre”. De acordo com Shwin, quem incitara Fantoni a tal ato, teriam sido o subintendente Antonio do Carmo Pimenta e o negociante José Aita (1918, p. 20)^{xxv}. Estes são apenas alguns exemplos que ilustram a composição social da Sede Silveira Martins com os demais núcleos do interior. Um outro exemplo destas desavenças entre católicos e os setores liberais da sociedade colonial aconteceu em 1907, quando o “o médico Nicola Turri, em discurso público, criticou o papa, o clero e insinuou que as obras da torre da igreja matriz serviriam para vigiar a sociedade local (MARIN, 2007, p. 186).

Estas desavenças, entre parte da comunidade de Silveira Martins com o clero durou ainda muitos anos, fundamentadas sobre as problemáticas da Questão Romana. Segundo Marin

Em 1921, o padre Antônio Bombassaro foi ameaçado de prisão pelo subintendente, que acumulava a função de subdelegado, por fazer propaganda política e por recusar-se a realizar uma missa campal, seguida de baile, para comemorar o aniversário do falecimento de José Garibaldi. Nesse episódio, por comprometer as relações da intendência com as autoridades eclesiásticas, o subintendente foi destituído do cargo de subdelegado (2007, 186).

Assim, além das dissidências e divergências político ideológicas entre setores da Sede e os demais núcleos, esteve a tripartição da região colonial entre os municípios limítrofes que se deu através do decreto 1570 de 21 de abril de 1886 (BOLZAN, 2015, p. 44), quando a Administração Provincial decide dividir o território da ex-Colônia Silveira Martins entre Santa Maria da Boca do Monte (que ficou com a antiga Sede, bem como Arroio Grande, entre outras), Cachoeira do Sul (ficando com Vale Vêneto e territórios junto o rio Jacuí), e São Martinho da Serra (núcleo Norte, núcleo Soturno), que em 1891 deixa de ser município e passa incorporar o território do novo município Vila Rica, que em 1904 denominou-se Júlio de Castilhos.

Como consequência dessa tripartição, as comunidades imigrantes permaneciam afastadas do núcleo de poder municipal que passaram a ser vinculadas, que já havia um corpo político bem estabelecido, alijando os imigrantes das disputas do poder local. Junto a isso, encontram-se a difícil relação entre as Câmaras municipais em razão das constantes desavenças decorrentes da recusa por parte dos colonos ao pagamento de impostos municipais^{xxvi}. De acordo com Vendrame (2007) a tripartição da Colônia atendeu, de certa forma, a vontade de parte da população de Vale Vêneto por distanciar-se da Sede, após a tripartição dos territórios da ex-Colônia Silveira Martins, em razão das rugas político ideológicas. Mas os problemas

também tinham razões econômicas de monta, e referiam-se à formação de comissões para a construção de estradas, cujos dinheiro adviria dos impostos coloniais.

A comunidade de Vale Vêneto sentia-se prejudicada, pois os esforços e recursos coloniais beneficiariam a Sede em detrimento daquela comunidade. Para os colonos da Sede, a Estrada geral que ligaria a Sede à Santa Maria e aos outros núcleos não beneficiaria Vale Vêneto, pois esta encontrava-se separada por uma cadeia de morros. Desse modo exigiam das autoridades que, em benefício dos habitantes daquele Vale fossem formadas comissões alternativas, e recusavam-se a participar da construção da Estradas organizadas pelas comissões formadas pelos habitantes de Silveira Martins, e exigiam o estabelecimento de uma nova via que os conectasse à Arroio do Só e cuja requisição se fez diretamente ao Presidente da Província (RIGHI; BISOGNIN; TORRI, 2001). Desse modo os núcleos coloniais procuravam manter a sua autonomia em relação aos outros núcleos coloniais, sobretudo Vale Vêneto em relação a Sede. Outro exemplo dessas dissidências, está a requisição em 1898 de um grupo de imigrantes liderados por comerciantes de Silveira Martins que requisitaram ao governo do Estado a emancipação político administrativa de todo o território da ex-Colônia, tendo esta sido negada. Em reação ao pedido dos colonos da antiga Sede, as lideranças de Vale Vêneto pedem por meio de abaixo assinado ao Intendente de Cachoeira que intervenha junto ao governador do Estado, para que não fizessem parte do referido município. Os colonos de Vale Vêneto consideravam os intentos de Silveira Martins uma “extravagante pretensão” e, por serem católicos “não aceitavam o fato de pertencerem e de ficarem subordinados a um município administrado por maçons e anticlericais (MARIN, 2007, p. 178).

Após a Proclamação da República, uma das principais preocupações do governo republicano referia-se ao papel das eleições como princípio legitimador do regime. Dessa maneira a naturalização e a qualificação eleitoral tornaram-se questões de fundamental importância. Como havíamos comentado anteriormente neste trabalho, a Itália pós unificação não possuía ainda uma cultura de partido como já havia há tempos estabelecida no Brasil e nesse sentido, não havia também uma cultura política que fomentassem organizações político programáticas dos partidos, como era evidente no Rio Grande do Sul com o Partido Republicano de orientação político ideológica castilhistas. Também não havia ainda sido cimentada na Itália junto à sociedade o rito das eleições políticas. Isso influenciaria em parte o modo como esses imigrantes e descendentes se integrariam política e socialmente ao Estado republicano gaúcho. Neste sentido, a naturalização foi um problema premente a ser enfrentado pela República já que implicava diretamente na qualificação eleitoral. Para tanto, o papel de

instâncias mediadoras entre as forças políticas constituídas e as Instituições formais tornaram-se o campo de ação para a integração cultural.

Aqui entra o papel dos diferentes entes de socialização política que passaram a integrar esta sociedade imigrante e cujo papel da figura do mediador tornou-se de fundamental importância. Entre as estruturas mediadoras, como havíamos comentado anteriormente, encontram-se os espaços não formais de representação política, como as diversas associações laicas e leigo religiosas, as escolas – enquanto estruturas de socialização e aprendizagem cívico patrióticas, tanto as de origem étnico-imigrante como as escolas públicas elementares estaduais. A Igreja, no caso das regiões de colonização italiana, e as demais associações a ela ligadas, tornou-se uma das mais importantes Instituição de mediação para a integração nacional por ser um dos principais esteios de referência e identificação tradicional na sociedade imigrante. Nesse sentido, um importante agente mediador nas relações entre a sociedade colonial e as Instituições de governo locais, regionais e estaduais, foi o sacerdote. De modo, geral, fora da Itália, o posicionamento da Igreja com relação ao governo e aos governantes, deu-se mediante a orientação oficial de respeito à ordem e às leis do país. Após a derrocada do Império no Brasil em 1889, o Monsenhor Ferreira da Costa Pinheiro, Vigário Capitular da Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul, recomendou a submissão dos católicos e apoio ao novo regime instituído:

Como sabeis, a Igreja reconhece as diversas formas ou sistemas de governo por igualmente bons em si, e por isso ella ensina que os seus filhos sujeitem-se ao governo constituído [...] Adoremos, entretanto, os Decretos da Divina Providência e conservae-vos em completo socego, mantendo todos e em tudo a paz e a ordem, de conformidade com o ensinamento e a doutrina da Igreja [...] Ouçam o que diz o Apóstolo “Toda pessoa esteja submetida aos poderes superiores, porque não há, poder que não venha de Deus; e os que há, por Deus foram constituídos. Aquelle, pois, que resiste ao poder, resiste à ordenação de Deus” [...]. Pacíficos e até generosos uns para com os outros, continuae portanto, tranquilos no exercício de vossas profissões á sombra dos poderes estabelecidos, certos de que as fontes da grandeza e felicidade de um povo só podem prosperar no seio da paz e da confiança geral. (MARIN, 1991, p. 180).

Embora a legislação eclesiástica proibisse sacerdotes de se imiscuírem em política junto ao púlpito, não era incomum que os padres acabassem se envolvendo nas contendas locais. Nos primeiros anos, a Igreja procurou abster-se das querelas políticas envolvidas entre os partidos em disputa no Rio Grande do Sul, passando posteriormente a orientar os católicos a votarem nos candidatos mais afinados com as causas da Igreja Católica.

Até 1900, na Sede Silveira Martins, o vigário Antônio Sório, se mostrou um importante mediador, circulando por diversos espaços de política não formais. Em 1885, Antônio Sório fundara na Sede Silveira Martins uma Associação Operária de Mútuo Socorro, depois denominada Sociedade de Mútuo Socorro Umberto I, atuou como representante consular e foi membro emérito da associação Italiana de Mútuo Socorro Duca Degli Abruzzi, tendo

participado depois da fundação de um Comitê Político do Partido Republicano Riograndense em Silveira Martins no ano de 1897. Embora, em geral, as Sociedades de Socorro Mútuo atendiam particularmente às necessidades dos trabalhadores rurais e urbanos, seu quadro de membros extrapolavam os limites convencionais de classe, de matiz político ou religioso. Nesse sentido, a interação social e o exercício dessas associações ampliavam de certa forma os horizontes culturais de seus membros contribuía para a aprendizagem e a conscientização política. Conforme Putnam (2006), embora os objetivos dessas organizações fossem declaradamente apolíticos, elas tinham importantes funções políticas latentes:

As sociedades de mútua assistência italianas eram formalmente apartidárias, embora algumas fossem vagamente radicais e republicanas, e outras tivessem matiz liberal, socialista ou católico. O movimento cooperativo também permaneceu independente dos partidos políticos, mesmo colaborando com as sociedades de mútua assistência e o movimento sindicalista emergente [...] Apesar do apartidarismo, porém, a participação nessas atividades devia ter o que uma geração póstera denominaria efeitos conscientizadores, pois muitos líderes dos sindicatos e movimentos políticos então emergentes pertenciam ao mundo das cooperativas e sociedades de mútua assistência (PUTNAM, 2006, p.151).

Entretanto, mesmo que ainda neste momento as atividades das Associações de Socorro Mútuo e Culturais italianas não se engajassem no movimento sindical e partidário, especialmente nas regiões de colonização do final do século XIX, suas atividades e celebrações constituíam importantes momentos de socialização, reunindo diversos setores da sociedade colonial e as autoridades republicanas. Sobre estas celebrações, Vittorio Buccelli, após viagem empreendida ao Rio Grande do Sul em 1904, faz observações interessantes sobre a vida associativa e as celebrações festivas:

Aos domingos, são frequentes os piqueniques; as sociedades operárias e populares nunca deixam de organizar dois ou três por ano e, por vezes, até um por mês; pode-se antes afirmar que a maior parte destas corporações, não só no Rio Grande, mas em todo o Rio Grande do Sul, tem por principal finalidade a sociabilidade e o divertimento coletivo; mesmo quando o programa tem por base o mútuo socorro ou o partidarismo político e administrativo. E é tão difundido o uso da festa na campanha, que até as solenidades de caráter puramente político desenvolvem-se de idêntica maneira e com os mesmos elementos (2016, p. 296).

Exemplo destas intermediações, está a solenidade de inauguração da “coluna monumental aos gloriosos mártires tombados na Líbia” em 27 de julho de 1913, pela iniciativa da Sociedade Duca Degli Abruzzi. Conforme os relatos do imigrante Andrea Pozzobon:

A solenidade não podia ser mais brilhante e vibrátil. Multidões de pessoas acorrem de toda parte a parte. *A cretinice, por graça de Deus, não esteve presente – prognosticava-se uma festa maçônica.* A banda municipal José Garibaldi de Silveira Martins, regido pelo Sr. Albino Zanchi e a Lyra Popular, da mesma localidade, coadjuvaram gratuitamente nos festejos. As sociedades da colônia fizeram-se representar com bandeiras [...] Presenciou a solene demonstração patriótica o Sr. Agente Consular de Santa Maria, o “Cavaleiro” Ancarani, o Intendente Dr. Carvalho e Silva, os coletores estadual e federal, representantes do Exército e do periódico da Loja

Maçonica “Paz e Trabalho” [...] Falou em primeiro lugar, da tribuna especialmente instalada, o Cavaleiro Ancarani; após, o Intendente; a seguir, o Snr. Ângelo Lunardi, orador da Sociedade Duca Degli Abruzzi, Andrea Pozzobon e, no fim, a jovem Amália Fontana. Todos foram calorosamente aplaudidos. Nos intervalos, a banda executava marchas selecionadas. Às 12h30min, na varanda de Andrea Pozzobon, foi servido um suculento banquete, a mais de duzentos comensais. Ao fim da fraternal ágape, o Dr. Alvise Dal Vasco, vindo expressamente de Cachoeira para a festa, pronunciou um esplêndido discurso de improviso, enaltecendo o glorioso Exército, sendo muito aplaudido. Às 14h30min, todos os presentes dirigiram-se ao monumento e foram fotografados pelo espirituoso Sr. Carlos Baron, de Santa Maria, então, retornaram às suas cidades. (POZZOBON, 1997, p. 206).

Difícil aferir até que ponto estas celebrações juntos às Sociedades de Socorro Mútuo influíam sobre os processos de politização ou a criação de consensos eleitorais, mas representavam um importante momento de aproximação entre as diversas autoridades e os demais setores da sociedade colonial. Na referida passagem, também é possível observar como as questões relativas aos embates entre a maçonaria e Igreja persistiram no imaginário ítalo-imigrante ainda por muito tempo. Ao longo dessas celebrações circulavam membros de diferentes instâncias políticas e associativas, incluindo padres, embora preferissem ausentar-se de determinadas celebrações.

Um importante momento de celebração que integrava o imigrante histórica e culturalmente ao país, estava o 20 de setembro, uma efeméride que unia simbolicamente italianos e riograndenses. A despeito, disso, a data também simbolizava negativamente a tomada dos territórios papais pelo Estado laico e liberal italiano.

De acordo com Pozzobon, em setembro de 1930 ocorrera “a XX solene Comemoração ítalo-riograndense, o LX aniversário de Roma, como capital da nova Itália e o XCIV da República de Piratini”, havendo “grandes festas na Sociedade Duca Degli Abruzzi, Monsenhor Zancan, membro honorário, não se fez presente. A antiga implicância clerical!” (POZZOBON, 1997, p. 251).

O vigário Antônio Sório, sacerdote regular e católico liberal, também se preocupava com a integração política da Sede às instâncias do poder republicano. A atuação de Antônio Sório era vista com simpatia pelas autoridades e pela burguesia cidadina santamariense (que era em grande medida anticlerical), atuando junto aos processos de qualificação eleitoral e na arregimentação de correligionários do Partido Republicano Riograndense (PRR). Em uma reportagem publicada em 07 de março de 1897, o periódico santamariense pertencente ao Clube Caixerai, “O Combatente”, exultava a atuação de Dom Sório na ex-Colônia Silveira Martins que “até pouco tempo, jazia imersa em profunda letargia em relação à política, despertando afinal, de seu indiferentismo”. De acordo com a reportagem, Sório reunira-se junto com outros “chefes locais” no salão do hotel do cidadão italiano João Martello com a intenção de formar uma “comissão executiva” do Partido Republicano Riograndense, onde aconselhara os colonos

com um “eloquente discurso” a aceitar “sem reservas a naturalização brasileira para se qualificarem como eleitores” para que dessa forma pudessem “gozar dos direitos que a Constituição garantia”. O periódico também destacava que Sório, apesar de ser um sacerdote católico, não compactuava com a “súcia de jesuítas” que na ex-Colônia viviam “iludindo os pobres de espírito e hostilizando o governo republicano”, fazendo referência à atuação da Congregação dos Padres Palotinos estabelecidos em Vale Vêneto desde 1886 (O COMBATENTE, 07 de março de 1897)^{xxvii}.

Porém, essa não fora a primeira tentativa de arregimentação político partidária na zona colonial. A primeira reunião do Partido Republicano Riograndense na região da ex-Colônia Silveira Martins, ou quarto distrito de Santa Maria (também incluso Arroio Grande), foi realizado na residência do subintendente Major José Claro de Oliveira em 1895. A reunião “tinha por fim a agremiação do partido republicano segundo as normas de todos os districtos e municípios do Estado” onde fora eleita uma comissão executiva presidida pelo próprio Major José Claro de Oliveira, os italianos Albino Zanchi e Suliano Celeste, Pedro Martelo e o nacional José da Silva Brasil com o intuito de realizar “comunicação constante” com a “Sede do município no caso de prestar-lhe todo o auxílio possível que lhe fosse exigido reciprocamente”. Na reunião foram recolhidas 32 assinaturas. Não foram encontrados registros sobre quem eram os assinantes, mas isso demonstra o interesse político por parte da administração santa mariense em integrar um importante corpo eleitoral^{xxviii}. A mediação de Sório, pralém da atuação do Major Claro entre as instâncias políticas administrativas e as forças políticas constituídas na região, demonstra a importância da figura do pároco na aproximação do centro de poder junto a sociedade colonial, conseguindo angariar apoio entre os setores que tradicionalmente desconfiavam das instituições públicas e dos governantes, alcance do qual, provavelmente, o subintendente não possuía.

A aproximação de agentes e representantes consulares também significava um importante ponto de convergência entre as autoridades republicanas e a sociedade colonial na mediação da integração política dos imigrantes. Em carta diretamente endereçada à Borges de Medeiros, o Régio Cônsul de Porto Alegre, Salemi Pace, pede auxílio financeiro para a publicação da obra “*Um Viaggio a Rio Grande del Sud*”, escrita pelo jornalista italiano Vittorio Buccelli, publicado em Milão no ano de 1906. A obra, especialmente encomendada pelo governo republicano, servia como instrumento de propaganda pró imigração, tão caro para o projeto de colonização e modernização do Estado gaúcho do período^{xxix}.

Ilustre Dr. Borges, Envio-lhe mil cordiais e respeitosas saudações de Roma, onde - escusado será dizer - sempre permaneço às suas ordens [...] Quanto ao trabalho que Buccelli tem a fazer, ainda não recebi dele o que é indispensável para iniciar a publicação, estou pronto e assim que Buccelli me escrever – positivamente – o trabalho tipográfico começará sob meus cuidados [...] Posso dizer com grande prazer que aqui o Rio Grande é levado em consideração e é muito próximo como um país de imigração [...] E agora, Ilustre Sr. Presidente, por favor, aceite meus mais devotos respeitos, e a oração para sempre acreditar em mim, seu servo B. Salemi Pace^{xxx}.

Esta relação entre as autoridades republicanas e as autoridades consulares em benefício do eleitorado republicano, poder ser ilustrada também pela carta enviada pelo Agente consular de Santa Maria, Umberto Ancarani, diretamente ao Presidente do Estado. Conforme a carta, Ancarani pede a intervenção de Borges de Medeiros em benefício do compatriota David Ponte, referente à uma indenização devida pela demolição de sua casa pela diretoria de Hygiene durante epidemia de 1912, em Santa Maria:

A proveito o ensejo para notificar à V. Exc. Os meus bens serviços para com os colonos de Silveira Martins, na obra de eleitorado, como pode certificar o meu amigo Dr. Viterbo. Com a mais subida honra e distintas saudações.

Obrº e Attº criado. Cav. Umberto Ancarani^{xxxi}.

A afluência eleitoral, a naturalização e a qualificação eleitoral eram temas importantes para o governo republicano. O voto representava um importante demarcador simbólico de legitimação da República e das forças políticas locais e regionais. A partir da análise das correspondências trocadas entre os chefes políticos locais e correligionários, fica evidente a importância de se conquistar esse corpo eleitoral:

Colônia Silveira Martins: Zona de colonização italiana. Eleitorado numeroso e compacto, mas sem ardor e nem convicção republicana. Ahí tudo depende do subintendente e sub-delegado. Os maiores prestígios são sempre do padre catholico, a quem os colonos ouvem cegamente e as autoridades locais, a quem obedecem humildemente (IHGRGS – A. B. M. 08136. 09 de março de 1926).

Destaca-se ainda a importância da figura do sacerdote enquanto importante mediador político. Outra coisa que parece ser relevante, é a questão sobre a falta de “convicção republicana”, dando a entender de que a sociedade imigrante ainda se constituía como um corpo eleitoral passivo e sem interesse político. Porém, olhando por entrelinhas, esta falta de “convicção” política por parte dos colonos e descendentes indicam ainda uma orientação política que se traduz na permanência de uma cultura política, cuja origem remonta à permanência das tradições rurais e camponesas, que buscava sempre beneficiar a comunidade imediata de indivíduos para além de quaisquer orientações política programática e ideológica. Neste sentido, antes de uma imposição autoritária republicana no controle dos votos e do eleitorado colonial, vê-se uma contínua negociação entre as autoridades locais junto às

administrações municipais e estaduais, a partir de relações tipicamente clientelistas. Conforme Marin (2007) “as autoridades municipais consideravam o eleitorado da ex-colônia Silveira Martins, flutuante, instável, apartidário, ignorante, perigoso, controlado pelo clero e sem convicção republicana” de modo que “seus valores eram impulsionados mais pelos sentimentos de amizade, gratidão e dedicação do que partidarismo” (2007, p. 180). Nesse sentido o voto, acabou por tornar-se um importante recurso simbólico nas negociações dos interesses coloniais que, dependendo das relações estabelecidas entre as autoridades e ao atendimento das demandas locais, estabeleciam a formação do consenso eleitoral, a abstenção ou o apoio às candidaturas rivais. Essas práticas clientelistas são muito latentes se observadas as correspondências entre as autoridades políticas. Após ataques de gafanhotos às lavouras da ex-Colônia Silveira Martins, entre 1906 e 1907, em correspondência ao Presidente do Estado, João Maria Padaolf requiere um auxílio de trinta contos para as famílias atingidas, afirmando que Silveira Martins era “uma colônia de grande futuro” destacando que o “povo é bom e muito confia em vosso governo”, além de pontuar a atuação do Coronel Pimenta que fez aumentar o eleitorado de “cento e tantos” para “duzentos e tantos” eleitores^{xxxii}. A carta do Cura de Vale Vêneto ao Intendente Municipal de Cachoeira do Sul João Neves da Fontoura, por volta de 1925, ratifica nossa interpretação:

Considerando o progresso e desenvolvimento que tem feito o município de Cachoeira, em boa hora confiado à direção de V. Excía. Tomo a liberdade de expor-Vos mais uma vez a necessidade de uma estrada mais curta que ligue os dois povoados de Vale Vêneto e Ribeirão à estação mais próxima de Arroio do Só. [...] Brevemente seguirá para lá uma comissão para saber da resolução de V. Excía. E estamos certos de que desta vez teremos uma boa solução, porquanto sabemos estar V. Excía. animado da melhor boa vontade, e assim evitará que este povo viva descontente ou recrudescça nas eleições. Queira enfim desculpar a minha franqueza, não quero outra cousa senão o bem do meu povo, que elle prospere e viva em paz e esteja em boa harmonia com os nossos chefes” (AHPNSC, Missão Brasileira, Caixa 10).

Outro exemplo muito importante que reforça essa capacidade de mobilização em prol do atendimento das demandas locais, está o caso que dera origem ao primeiro processo de *impeachment* por corrupção no Estado gaúcho durante o regime republicano. Em 1926, as eleições para a Intendência municipal de Santa Maria da Boca do Monte disputada entre o Coronel Augusto José de Seixas e Carlos Alberto Ribeiro Tacques constituiu um episódio que demonstrava um racha interno dentro do Partido Republicano e as lideranças locais. O caso, deve-se ao fato de que o Coronel Seixas havia emprestado, consta-se, indevidamente, 36 contos de réis à Ricardo Aita em Silveira Martins, para que este implantasse e administrasse o fornecimento de luz elétrica à Sede da Ex-Colônia. Além da implantação da rede elétrica, o Coronel Seixas teria feito uma série de reformas de infraestrutura junto à região colonial, onde havia comprado residência para se instalar com a família. Segundo Biavaschi (2004), o apoio

político dos eleitores do 4º distrito de Santa Maria (território da sede da ex-Colônia), fora fundamental para a vitória do Coronel. Nos jornais, eram publicadas críticas ácidas com relação ao compromisso político de Seixas com os colonos:

A cidade de Santa Maria permanece quase as escuras, enquanto o dr. intendente presenteia 36 contos de réis dos cofres públicos ao sr. Ricardo Aita, para que este ilumine a giorno o povoado de Silveira Martins. Outros melhoramentos importantes serão introduzidos na venturosa colônia que meterá a novel vila de S. Pedro num chinelo. Serão construídas calçadas de mosaicos, serviços de águas e esgotos [...] decididamente, vale a pena um lugarejo qualquer eleger intendente a um homem de valor! E digam que os gringos de Silveira Martins são burros! (CORREIO DA SERRA, 07 de abril de 1926 *apud* BIAVASCHI, 2004)^{xxxiii}.

A relação clientelista, típica das sociedades tradicionais anteriores à formação dos Estados modernos, enquanto expressão das relações paternalísticas e consuetudinárias baseadas no princípio da reciprocidade, tem sido interpretada pela antropologia política como um freio ao desenvolvimento da modernidade política (FABIETTI, 2015). Entretanto, poderíamos pensar no fenômeno clientelista (traduzido no Brasil pela prática política do fenômeno coronelista), como um meio particular de introduzir essa modernidade, como as práticas de representação política mediada pelo voto, em um território ainda marcado pelas tradições pré-modernas. Nesse sentido, o fenômeno clientelista pode ser compreendido como um importante ponto de inflexão para o processo de aprendizagem política ao longo das sociedades tradicionais.

Considerações Finais

Conforme as discussões desenvolvidas ao longo deste artigo, verificou-se a permanência das querelas político e religiosas em razão da formação do Estado italiano devido à ruptura das referências tradicionais de pertencimento que se construía junto ao universo paroquiano da comunidade imediata de indivíduos ainda desconectados política e afetivamente das novas Instituições que fundamentavam os Estados liberais modernos, fazendo do fenômeno associativo um importante mediador no decorrer da ruptura das tradições. A partir do exposto, devemos compreender que, antes de uma apatia política, da aversão ao nacionalismo italiano e da subserviência às autoridades republicanas, o que se evidencia, a partir das fontes e testemunhos analisados, é que esses imigrantes e descendentes encontraram-se inseridos em um contexto de ruptura decorrente da implantação dos Estados nacionais modernos e das novas práticas políticas decorrentes dessa transformação que passava pelo orientação do pertencimento identitário baseado nas comunidades locais, para o Estado nacional, primeiro na Itália e posteriormente, com a emigração ao Brasil e ao regime republicano laico. Ou seja, antes

de uma apatia política ou desinteresse político, devemos entender esse processo de integração política e cultural como um movimento de aprendizagem iniciado junto ao processo de laicização da sociedade que passou a ser mediado por instâncias de socialização fora do âmbito político Institucional formal.

Referências Bibliográficas:

ALBERTON, Angela Maria. **Finchè Venezia salva non sia: garibaldini e garibaldinismo in Veneto (1848-1866)**. 2009. 361 p. Tese (Doutorado em História) – Università degli Studi di Padova, Padova, 2009.

BANTI, A. M. **Il Risorgimento Italiano**. Editora Laterza: Bari, 2011.

BIAVASCHI, M. A. **Coronelismo, Borgismo e Escândalos Políticos: O caso Ribeiro Tacques (Santa Maria: 1925-1926)**. 2004. 243 f. (Dissertação em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BUCCELLI, Vittorio. **Uma viagem ao Rio Grande do Sul**. Edições do Senado Federal, Brasília: 2016.

CARVALHO, J. Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 2008.

CASELLATO, Alessandro. Identità Veneta: Appunti per una genealogia. In: **Materiali di Storia, n. 23, novembre 2002, pp. 84- 108**. Centro Studi Ettore Luccini.

DE MARCHI, Paolo. **Il Veneto tra Risorgimento e unificazione: Partecipazione volontaria (1848-1866) e rappresentanza parlamentare: deputati e senatori veneti (1866-1900)**. Cierre Edizioni: Venezia, 2011.

FINCARDI, Marco. Sociabilità e secolarizzazione negli studi francesi e italiani. **Italia contemporanea**, Settembre 1993, n. 192, pp. 511 – 527.

FRANZINA, E. **A Grande Emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Sul do Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

MARIN, J. R. A integração dos imigrantes italianos à política sul-rio-grandense na ex-colônia Silveira Martins. **Imaginário - USP**, 2007, vol. 13, n. 14, pp. 167-197.

MARIN, J. R. **Ora et Labora: o projeto de Restauração Católica na ex-Colônia Silveira Martins**. 1993. ? f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

MERIGGI, Marco. **L'Europa dall'Otto al Novecento**. Carocci Editore, Roma: 2015.

PIASSINI, C. E. **Imigração Alemã no Rio Grande do Sul e Cidadania: naturalização e participação política, 1824-1889**. 2021. 372 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

PIASSINI, C. E. **Os teuto-brasileiros nas eleições do Império em Santa Maria, 1850 -1860.** In: ANDRADE, G. F. et al. *História de Santa Maria: novos olhares.* Porto Alegre: Casalettras, 2022.

POSSAMAI, Paulo. **Dall'Italia Siamo Partiti: a questão da identidade entre imigrantes e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875 – 1930).** Passo Fundo: Editora UPF, 2005.

POZZOBON, Z. **Uma Odisseia na América.** Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

PUTNAM, ROBERT D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna.** Tradução Luiz Alberto Monjardin. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RIDOLFI, Maurizio. **Las raíces locales y federativas de los partidos em Italia liberal.** In: *Federalismos: Europa del Sur y América Latina en perspectiva histórica.* COMARES Editorial, Granada, 2016.

RIDOLFI, Maurizio. **Las raíces locales y federativas de los partidos em Italia liberal.** In: *Federalismos: Europa del Sur y América Latina en perspectiva histórica.* COMARES Editorial, Granada, 2016.

RIDOLFI, Maurizio. Storia sociale e “rifondazione” della storia politica. **Italia contemporanea,** Settembre 1993, n. 192, pp 529 – 542.

RIDOLFI, Maurizio. Storia sociale e “rifondazione” della storia politica. **Italia contemporanea,** Settembre 1993, n. 192, pp 529 – 542.

RIGHI, J. V; BISOGNIN, E. L; Torri, V. **Povoadores da Quarta Colônia.** Porto Alegre: EST, 2001.

VALDUGA, G. **Para além do coronelismo: italiano e descendentes na administração dos poderes executivos da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (1924-1945).** 2012. 295 f. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. (PUCRS)

Notas:

ⁱ Em referência à Benedetto Croce.

ⁱⁱ Sobre o tema conferir “A Nação Vêneta no Direito Internacional Contemporâneo: análise dos argumentos jurídicos em um discurso separatista à luz da teoria do princípio da nacionalidade de Pasquale Stanislao Mancini” (BIAZI, 2019).

ⁱⁱⁱ Tradução livre de: “è significativa la provenienza dall’ambito cattolico di gran parte degli inventori della «identità veneta»: nei loro discorsi sono ridondanti i riferimenti al popolo e alla comunità, mai allo stato né agli individui, i quali sono invece sempre connotati in senso negativo, come fonte di minaccia (l’oppressione dello stato) o elementi di degrado”.

^{iv} Tradução livre de: “l’elemento perturbatore non è tanto il “diverso” che sta fuori, ma è colui che da dentro minaccia la coesione della comunità di riferimento: il nemico interno, il “traditore”, che molto spesso viene rappresentato nei panni dell’intellettuale cittadino laico e progressista. Così è frequente che dietro la battaglia a difesa della cultura contadina faccia alla fine capolino il vecchio ruralismo, magari condito in salsa etnica: legame con la terra, vicinanza alla natura, sanità morale, tradizione, laboriosità, independenza economica. Non a caso i venetisti sono affascinati dall’immaginario ruralista”.

^v Tradução livre de: “Fue entre veneto y lombardia donde se prefiguró de forma precoz una Italia Bianca (católica). En un mundo campesino que no se había visto afectado, como se ocurrió en el bajo valle del Po, por las transformaciones capitalistas y la difusión de las prácticas asociativas socialistas, los católicos sentaron las bases para un arraigo que durante casi un siglo fue un rasgo distintivo de la identidad social y cultural de aquellas tierras, a diferencia de lo que sucedió en el Sur del país, no solo debido a un desarrollo más lento e contradictorio, sino también a contextos comunitarios caracterizados por un proceso de laicización más débil”.

- ^{vi} Tradução livre: “[...] riguarda la compresenza nella cultura dei coloni di valori che indifferentemente attingono alla tradizione chiesiastica e religiosa e a quella patriótica e laica risorgimentale”.
- ^{vii} Tradução livre de: “La cura pastorale tradizionale non responde alle esigenze degli aderente alle società artigiano-operaie com fini mutualisti ma anche rivendicazionisti. Esse sono forme associative moderne verso le quali convergono proletari artigiani-operai non per interessi ético-religiosi, ma econômico-politici. Dai parroci non sono ritenute um’organizzazione antichiesa, ma la tomba delle devozioni, prosperante tra la confraternita, la famiglia patriarcale e il santuário. Ai margini della chiesa vivono puré minaranze borghesi anticlerical, massoni e radicaleggianti”.
- ^{viii} Tradução livre de: “constituisce il canale di difusione privilegiato dei comportamenti moderni, e della loro assimilazione – o contraposizione – alle usanze tradizionali”.
- ^{ix} Por recursos “deve-se compreender tanto um bem material, um concreto tangível como água, dinheiro [...] trigo e um bem volátil, como um saber ou conhecimento técnico, uma certa ideia, uma ideologia política ou uma visão religiosa do mundo. Em resumo: os recursos podem ser tão materiais quanto simbólicos por natureza”. Tradução livre: “si deve entender tanto um bene materiale, concreto tangibile como l’acqua, il denaro, il grano [...] quanto um bene volatile, come un sapere o una conoscenza técnica, uma certa ideia, un’ideologia política o una visione religiosa del mondo. In sintesi: le risorse possono essere di natura tanto materiale quanto simbólica (FABBIETTI, p.347, 2019).
- ^x Tradução livre de: “la facoltà di imporre ad altri il proprio volere”.
- ^{xi} Tradução livre de: “[...] consideri l’attività politica come un’arena in cui si disputa la partita per il potere. Questa imagine dell’arena [...] libera l’oggetto di studio da quella imagine tropo statica che há caratterizzato a lungo gran parte della riflessione dell’antropologia politica. Invece di rappresentare il potere in termini di istituzioni o di ruoli politici, l’antropologia há imboccato la via che consiste nello studio degli aspetti dinamici del confronto politico. In questo modo mette l’accento sugli attori che, partecipando alla contesa, si rivelano interessati al controllo delle risorse material e simboliche. L’attività politica è così aspetto intenzionale del comportamento individuale e coletivo mediante i quale i singoli o i gruppi manipolano, secondo finalitá e interessi específicos, le regole e le istituzioni vigenti nelle loro società”.
- ^{xii} Tradução livre de: “Cogliere meglio la natura composita del fenomeno politico in quanto, collegando l’azio politica alle motivazioni, alle strategie e alle scelte individuali e collettive, si confronta di continuo con altri aspetti della vita sociale e culturale che, dal punto di vista strettamente politico, dovrebbero piuttosto essere considerati come economici, religiosi, estetici, ecc”.
- ^{xiii} No Brasil, a organização da política no parlamento já se institucionalizava a partir da formação de partidos com políticas programáticas já bem definidas a partir dos anos 30 dos oitocentos - a exemplo dos Partido Liberal e Conservador, e a criação do Partido Republicano na década de 70. No Rio Grande do Sul temos a fundação do Partido Republicano Riograndense em 1882 e o Partido Federalista a partir de 1892. Na Itália, ao contrário do Brasil, os partidos surgiram apenas a partir dos primeiros anos do século XX.
- ^{xiv} Tradução livre: “La organización de la política (formas, prácticas y lenguajes) tuvo lugar principalmente fuera del Parlamento, lo que prefiguró um modelo constitucional contradictorio y carente de uma legitimación compartida; todo esto em una sociedad civil en la que, por lo demás, los elementos heredados de la sociedad tradicionalista (como jerarquías entre las clases y los estilos de vida, la influencia de los notables y la fragmentación localista) resistían al viento de modernidad que soplabadesde las instituciones.” (RIDOLFI, p. 93, 2016).
- ^{xv} As guerras de independência italiana constituíram o prólogo da aprendizagem política e do processo de politização em que reivindicações sociais passaram a ganhar relevo junto ao processo de unificação (BANTI, 2011; DE MARCHI, 2011).
- ^{xvi} Tradução livre: “Aún sobrevivían los sistemas locales de autoridad social dotados de formas de legitimación propia: el tradicional patronazgo llegaba a transformar el procedimiento del voto em um escenario dominado por los notables de la comunidad y los grupos e clientelas electorales. Esto ponía de manifesto el carácter ampliamente territorial del liderazgo político, em detrimento de su función general, que debía dar prioridad a la representación de la nación antes que a la del distrito”. (RIDOLFI, p. 95, 2016).
- ^{xvii} A colonização germânica do Rio Grande do Sul iniciou com a introdução de colonos no atual município de São Leopoldo em 1824.
- ^{xviii} Carlos Eduardo Piassini também demonstrou a importância da atuação desse setor da sociedade regional para a emancipação político administrativa de Santa Maria, conquistando desse modo, diversos cargos juntos à Câmara Municipal (PIASSINI, 2021). Entre 1881-1883, por exemplo, a câmara de Vereadores de Santa Maria possuía entre vereadores e suplentes, pelo menos 9 eram descendentes diretos de teutos.
- ^{xix} Tradução livre: “en el marco de um sistema político como el italiano, centrado nel uso privilegiado de la administración por parte de las clases dirigentes liberales y, por lo tanto, refractario a asimilar la presencia de cuerpos políticos em la sociedad civil entre instituciones e individuos, el arraigo territorial de las culturas políticas, tanto de oposición como de apoyo a las instituciones, tuvo lugar al principio a través de la politización de las redes asociativas de solidaridad y de tutela de los intereses sociales, incluso populares” (RIDOLFI, p. 93 – 94, 2016).

^{xx} Para saber mais sobre as disputas pelos estabelecimentos de sacerdotes, conferir Vendrame (2007, 2013), Bolzan (2015) Kemmerich (2018). Sobre os conflitos entre católicos e maçons, conferir Bolzan (2015).

^{xxi} AHPNSC, Caixa 5, Missão Brasileira, apontamentos sobre a freguesia de Silveira Martins, Caderno A.

^{xxii} Idem.

^{xxiii} Ibidem.

^{xxiv} Ibidem.

^{xxv} Ibidem.

^{xxvi} Para saber mais sobre estes conflitos consultar Vendrame (2007).

^{xxvii} Acervo digital do ACMED, O Combatente, 07 de março de 1897. O acervo pode ser consultado, mediante rápido cadastro, pelo site: [Arquivo | Casa de Memória Edmundo Cardoso \(wordpress.com\)](http://Arquivo|Casa.de.Memória.Edmundo.Cardoso.wordpress.com).

^{xxviii} IHGRGS – A. B. M. 08106, Ata, Santa Maria, 15 de setembro de 1895.

^{xxix} A política migratória ganhou impulso novo coma Proclamação da República, de modo que o governo republicano seguidamente enviava representantes do Estado para a execução da propaganda pró migratória. Em uma carta enviada pelo correligionário Pires Terra da província de Trento na Itália à Borges de Medeiros, faz a requisição de material impresso para a divulgação das oportunidades de migração para o Rio Grande do Sul: “Tenho a honra de acusar o recebimento do officio de V. E^a n° 2098 de Dezembro ultimo bem como os relatorios e mais impressos relativos ao serviço de terras publicas e colonização nesse Estado. Seria muito útil se desejar Sñr Presidente que V. E^a. Mandasse um libreto escirpto em língua Alemã e Slava descrevendo as condições do Estado para ser distribuído pelas muitas pessoas desejosas de emigrar que vem ou escrevem ao Consulado pedindo informações. Esse libreto deverá contar também fotografias de animaes domésticos, plantas cultivadas, casas de colonos etc, etc.” (IHGRGS – A. B. M. 12151. Carta. Trieste, Itália, 10/2/1906). Também o correligionário João Maria Paldaof envia uma carta ao Presidente no intuito de mostrar uma reportagem publicada em um jornal de Trento acerca da imigração trentina ao Rio Grande do Sul: “Tomo a liberdade de remeterlhe um artigo publicado no ‘Alto Adige’ de Trento sobre a colonização do Estado do Rio Grande do Sul” (IHGRGS – A. B. M. 12150. Cartão. Trento, Itália, s/data).

^{xxx} Tradução livre de: “Illustre Dr. Borges [...] Le mando mille cordiali e rispettosi saluti da Roma, dove – è inutile dirlo – resto sempre ai suoi ordini [...] Quanto al lavoro che il Buccelli deve fare, non ho ancora ricevuto da lui quanto è indispensabile per iniziare la pubblicazione, m aio sono pnnto ed appena Buccelli mi scrive – positivamente – comincerà il lavoro tipográfico sotto la mia cura [...] Posso dirle con grande piacere che qui si tiene nel debito conto e si appressa moltissimo il Rio Grande, come paese di immigrazione [...] Ed ora, Illustre Signor Presidente, gradisca i miei piú devoti ossequi, e la preghiera di credermi sempre, suo servo, B. Salemi Pace” (IHGRGS – A. B. M. 12146. Carta. Roma, Itália, 11/11/1903).

^{xxxi} IHGRGS – A. B. M. 07945. Carta. Santa Maria, RS, 10/9/1913.

^{xxxii} IHGRGS – A. B. M. 07863. Carta. Santa Maria, RS, 9/11/1906.

^{xxxiii} Para saber mais sobre o caso Ribeiro Tacques, consultar Beltrão (2013) e Biavasvchi (2004).